

Bispos condenam reforma agrária contida na Carta

Salvador — Uma posição consensual de condenação à reforma agrária estabelecida pela nova Constituição, por proibir a desapropriação das terras produtivas que não estejam cumprindo função social. Este é o principal item do documento que será divulgado amanhã pelos participantes da assembléia anual ordinária dos bispos da Bahia e Sergipe, que está sendo realizada nesta capital.

D. Cristiano Krapf, de Jequié (BA) e D. Hildebrando Costa, de Estância (SE), garantem que, embora haja divergência entre setores da Igreja em relação ao tipo de reforma agrária, apropriada para o País, há o consenso de que o texto contido na nova Constituição representa um retrocesso. Eles temem que haja dificuldades para as desapropriações, por entenderem que através de procedimentos simples é possível se induzir que uma terra é produtiva.

— Basta que a UDR ou outros grupos interessados coloquem algumas cabeças de gado numa determinada área para se afirmar que a terra está produzindo — afirma Dom Cristiano Krapf.

Outro participante da assem-

bléia, o bispo de Propriá (SE), D. José Lessa, considera o texto da atual Constituição, “mais retrógrado que o Estatuto da Terra”, criado no governo Castelo Branco, no regime militar.

Ele acha que o primeiro ponto a se questionar é “porque a maioria dos constituintes se sentaram para discutir a questão agrária com representantes da UDR e em nenhum momento procuraram ouvir os trabalhadores rurais, virando as costas para a parcela mais numerosa das partes envolvidas e também para dois milhões de assinaturas colhidas no País, defendendo a reforma”.

A posição da Igreja, segundo o bispo de Propriá, é a de que a situação não pode continuar da forma como está, pois os conflitos de terra continuam ocorrendo. O advogado da sua própria diocese, conforme relatou, teve recentemente sua casa metralhada, por defender judicialmente, posseiros ameaçados por grileiros.

Na própria assembléia dos bispos, foi denunciado o assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova, município a 345 quilômetros de Salvador, que sustentava

a luta de posseiros da Fazenda Nova Conceição, contra grileiros.

EVANGELIZAÇÃO

O projeto da Igreja Católica denominado Evangelização 2.000, que teve origem a partir de três movimentos — Comunhão e Libertação, Movimento Schonstadt (alemão) e Movimento de Renovação Carismática (americano), foi tema de análise ontem pelos 26 bispos que integram o Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A maioria dos bispos vê com uma certa reserva o projeto.

O objetivo do projeto Evangelização 2.000 é o de preparar a Igreja para o ano 2.000, quando então o “mundo seria mais cristão e com mais cristãos”. A evangelização, segundo os bispos, sempre foi e será o objeto da Igreja. O que se questiona, de acordo com os bispos, é sobre a formação desses cristãos.

Quanto ao Movimento de Renovação Carismática, que está assumindo no Brasil o projeto Evangelização 2.000, os bispos explicaram que este movimento teve origem nos Estados Unidos e na Europa (MA).